

AIP quer execução eficiente do PRR



Capacidade de execução e recapitalização das empresas são os grandes desafios do PRR, diz José Eduardo Carvalho, presidente da AIP.

“O desafio é muito grande e exigente. E a capacidade de execução é o principal fator de risco do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). É imprescindível uma execução eficiente, com rapidez e eficaz, para produzir os resultados esperados. A soma do PT2020, do PRR e do PT

2030 totaliza 62 mil milhões de euros. Nunca conseguimos executar três mil milhões de euros por ano de fundos comunitários. Passam agora para seis mil milhões”, alertou José Eduardo Carvalho, no Fórum Empresarial Alto Alentejo InMotion, organizado pelo Nerpor, dia 24 de junho, em Portalegre.

Tendo em conta as dificuldades que se antevêm, o presidente da AIP defendeu que “tem de se atender à simplificação da tramitação dos avisos de concurso, dos processos de avaliação das candidaturas e dos processos de contratação. Há necessidade de flexibilizar o acesso das empresas do programa. Se não quisermos um brutal choque de seleção, temos de resolver o problema das moratórias e dos acordos de regularização da situação contributiva e fiscal” e que não está a ser criado ambiente na envolvente para estes processos de simplificação.

Outro grande desafio apontado por José Eduardo Carvalho foi a recapitalização das empresas, que considera “imperiosa e que deve ser feita através de instrumentos de capital e não com instrumentos de dívida. Tenho receio que isto não se irá passar assim”. “Refiro-me a instrumentos de capital que visam reforçar o capital das empresas. Podem lá ficar durante toda a vida da empresa, podem sair com mais-valias ou podem sair com mecanismo de desconto”.

PRR alocou 1,55 mil milhões de euros à capitalização das empresas

José Eduardo Carvalho traçou o cenário em que vivem as empresas atualmente: “O PRR alocou 1,55 mil milhões de euros à capitalização das empresas, mas o quadro geral é de capitais próprios negativos, degradação dos balanços, dívidas a mais e EBITDA a menos, e degradação da tesouraria pelo contínuo esbatimento dos efeitos resultantes das medidas de lay-off, moratórias, retoma progressiva e diferimento do pagamento de impostos”.

O dirigente associativo defendeu que “a execução do plano tem de ter efeito nas prioridades de mudança estrutural da economia e tecido empresarial: a capitalização, o redimensionamento, a inovação e capacidade exportadora” e apontou alguns aspetos positivos do PRR: “pela primeira vez a Comissão Europeia fez recurso a financiamento através de dívida europeia para combater uma recessão.